

AGOSTO 2017

71ª EDIÇÃO | JORNAL DO **M**SISMAR | SINDICATO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

SismMando

Gestão SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM - 2015/2017

www.sismmar.com.br

Mala Direta
Domiciliária
40.188.75/0001-750RPM
SISMAR
Correios
CNPJ nº 06.718.718/0001-00

ESTADO DE GREVE



NENHUM DIREITO A MENOS!

Campanha de Lutas

Ataques de Hissam justificam Estado de Greve

Prefeito radicaliza na intransigência e promete atacar os direitos previstos no Plano de Carreira

“Não tem diálogo. E se preparem porque [tem] o PCCV pra vocês discutir[em] depois. A casa vai cair!”

Hissam Deahini

Com estas palavras, em tom de ameaça, o prefeito Hissam Deahini rompeu o diálogo com os sindicatos Sismmar e Sifar e se retirou da mesa de negociações.

O incidente ocorreu na tarde de 24 de julho. Os servidores foram tentar negociar o Projeto de Lei 05/17, que muda de junho para novembro a data-base de reajuste.

Não havia razão para o rompante do prefeito, a não ser criar caso para se negar a continuar as conversações.

Desde o início do mandato de Hissam, o Sismmar e o Sifar têm buscado negociações com o governo. Deram crédito à promessa de que haveria diálogo aberto e franco.

Porém, já no primeiro mês começou a ficar difícil esconder as intenções por trás dos sorrisos fáceis do prefeito e toda a sua equipe. Sua primeira ação contra os servidores foi retirar o abono de R\$ 300 dos aposentados.

Intransigência

O governo até aceitou manter o abono por seis meses, dando tempo para se encontrar alguma alternativa. Porém, voltou atrás e manteve posição intransigente.

As negociações visando a data-base de junho pouco evoluíram. Foi reposta a infla-

ção e aumentou o valor do vale-alimentação. Aprovado em lei no ano passado e incluído no orçamento desde janeiro, começou a ser pago em maio.

Os demais itens da pauta de reivindicações não avançaram. As direções sindicais continuaram insistindo para que o governo apresentasse as informações sobre a dívida que o Município tem com os servidores. E para que também construísse com os trabalhadores uma proposta para quitar a dívida, de maneira escalonada.

A dívida estava em R\$ 38 milhões e vinha crescendo cerca de R\$ 1 milhão por mês. Ela decorre da suspensão das promoções e progressões previstas nos planos de carreiras e

sonegadas desde 2013.

Estado de Greve

O governo aquiescia, mas não apresentava propostas. E ainda reforçava que pretendia mudar os planos de carreiras para retirar direitos dos trabalhadores.

Temendo que a qualquer momento fosse enviado à Câmara Municipal um pacote de medidas, em 20 de junho o Magistério e os servidores das demais categorias do serviço público decidiram entrar em Estado de Greve.

Hissam, porém, optou por adotar medidas a contatadas. Primeiro, encaminhou um projeto de lei limitando o pagamento de decisões judiciais no valor do teto de benefícios do INSS – hoje, R\$ 5.531,31.

Foi uma ducha fria em quem ainda acreditava em nobres intenções por parte do prefeito. O projeto 1999/17 significava que não haveria mais negociações para o pagamento da dívida das promoções e progressões. Que cada



Muitas conversas sem avanços definem os 7 meses da gestão Hissam

um esperasse a decisão judicial e o pagamento do precatório. Se hoje a fila é pequena, a tendência é de que se torne longa e demore anos.

Da mesma forma, não há intenção do governo em enquadrar os servidores nos planos de carreiras conforme seus direitos, para evitar que a dívida continue a crescer.

Radicalização

Diante da radicalização do governo, os servidores fo-

ram à Câmara Municipal tentar barrar a votação do projeto.

Porém, alguns dias depois, os vereadores receberam outro projeto de lei. Este muda a data-base de junho para 30 de novembro.

O anúncio de mexer nos planos de carreiras e a sequência de medidas arbitrárias colocaram os servidores em Estado de Greve. A categoria está mobilizada e pronta para resistir aos ataques que virão.



Vocês vão ver o que é autoritarismo quando discutir o PCCV, disse Hissam

Esta conta não é dos servidores

O Sifar publicou e o Sismmar compartilhou vídeo em que o prefeito ameaça os servidores dizendo que vão conhecer o que é autoritarismo na discussão do PCCV.

Percebendo o estrago, Hissam postou outro vídeo, do momento em que retorna ao salão tentando justificar suas palavras. Na verdade, ele reafirma que irá impor a reti-

rada de direitos.

Segundo ele, os planos de carreiras vão quebrar a Prefeitura até 2024 e as mudanças seriam para proteger os servidores. É o mesmo discurso falacioso da reforma trabalhista, de retirar direitos para proteger os empregos.

Quem está quebrando o Município não são os PCCVs, mas a política destrutiva que

Temer e seus aliados (PMDB, PSDB, PPS, DEM e outros) vêm impondo ao Brasil. Araucária prevê perder R\$ 100 milhões de repasses em 2018.

A dificuldade econômica existe, mas os governos jogam a conta para os trabalhadores.

Hissam abraça sem questionar a política neoliberal, que destrói gente e a esperança de vida digna.



EM APENAS 7 MESES, O GOVERNO HISSAM

- Retirou o abono dos aposentados,
- Limitou o valor do pagamento das dívidas judiciais em R\$ 5,5 mil e, agora,
- Tenta mudar data-base para novembro
- Ameaça retirar direitos do Plano de Carreira.

E PROMETEU APELAR PRO AUTORITARISMO. QUAIS SERÃO OS PRÓXIMOS PASSOS?

- Retirar o triênio?
- Retirar o quinquênio?
- Acabar com a licença-prêmio?
- Estabelecer avaliação de desempenho como critério para promoção?
- ...?

QUAL SERÁ SUA REAÇÃO?

Venha conosco, vigilantes e prontos para a luta!

NENHUM DIREITO A MENOS!

SÓ A LUTA MUDA A VIDA!

Estado de Greve

Servidores pressionam vereadores por diálogo

A categoria fez mobilizações na entrada e na saída do recesso da Câmara para defender seus direitos

A Câmara Municipal de Araucária terminou o primeiro semestre e retomou os trabalhos após o recesso de julho da mesma forma: tomada pelos servidores.

Em 30 de junho, os trabalhadores do serviço municipal chegaram cedo para tentar impedir a votação do Projeto de Lei 1999/2017. A proposta tramitava em tempo recorde. Em quatro dias já chegava à segunda votação.

Poucos parlamentares deram atenção aos servidores, que queriam a retirada do projeto para uma melhor

discussão; para negociar melhores termos. Um teto maior para pagar as dívidas judiciais já seria um avanço.

Sem conseguir ser ouvidos, os servidores entraram no espaço dos vereadores com o firme propósito de interromper a sessão.

Tumulto

Durante o tumulto, o presidente da Câmara colocou o projeto rapidamente em votação e suspendeu a sessão.

O vereador Nicácio se armou com os braços para tentar barrar os manifestantes, mas ninguém ali queria conflu-

to. O objetivo era outro e logo o empurra-empurra se desfez. O vídeo foi muito visualizado nas redes sociais.

Não satisfeito, Nicácio decidiu abrir processo contra quatro servidores. É um ato mais para tentar criminalizar a luta dos trabalhadores do que reparar algum dano que não houve – a não ser para sua imagem, após o ridículo de querer sair no braço.

Para os servidores, impedir a votação era importante porque os sindicatos Sismmar e Sifar ainda buscavam negociação com o governo para o

pagamento das promoções, congeladas desde 2013. As carreiras estão estagnadas. Várias ações judiciais cobram esta dívida.

Liminar

Ao invés de apresentar proposta à categoria para regularizar a situação, o prefeito enviou aos vereadores projeto de lei para jogar para precatório o pagamento dos direitos que foram sonegados dos servidores.

As sessões dos dias 29 e 30 de junho foram suspensas por liminar obtida pelos vereadores Tatiana Nogueira e

Leandro da Academia.

Eles foram os únicos parlamentares que se dispuseram a estabelecer o diálogo, que é o que se espera do parlamento. A liminar foi baseada nos atropelos ao regimento e na falta de motivo para justificar o pedido de convocação extraordinária.

Data-base

No retorno aos trabalhos para o segundo semestre já havia novo projeto do prefeito contra os servidores. Era o de número 05/17, que pretende mudar a data-base de reajuste de junho para novembro.

Enquanto os vereadores se preparavam para a sessão, os trabalhadores se reuniam em assembleia do lado de fora da Câmara para organizar a resistência.

Entraram. Lotaram o espaço da assistência. Pediram a palavra, que foi concedida aos dois sindicatos. Certificaram-se de que o projeto da data-base não seria apreciado.

Durante a sessão, foi colocada em votação a ata das sessões extraordinárias de 29 e 30 de junho. Leandro e Tatiana votaram contra porque uma liminar suspendera seus efeitos, embora a Câmara ainda não havia sido notificada.

Confissão

O vereador Fábio Alceu aprovou a ata e tentou justificar sua posição. Como secretário de Planejamento da gestão Olizandro, ele atestava a necessidade do projeto para as finanças municipais.

Sem querer, Fábio Alceu acabou confessando que foi secretário do Planejamento e não planejou o cumprimento da lei. Ele permitiu que o congelamento da carreira se transformasse numa bola de neve que já chega aos R\$ 40 milhões e cresce a cada mês, estourando na cabeça dos servidores, dos vereadores e da população.

O projeto que altera a data-base ainda vai voltar a tramitar e a categoria vai resistir. Assim, vai reunindo forças para o embate que será mais duro, na defesa dos direitos dos planos de carreiras.

GREVE GERAL



O prefeito e os vereadores de Araucária obrigaram os servidores a alterar a programação da GREVE GERAL, em 30 de junho. As atividades estavam programadas para ocorrer ao lado da Prefeitura e foram transferidas para a Câmara Municipal. No Legislativo estava em votação o projeto de lei que impõe teto baixo para pagar as dívidas judiciais, o que deve atrasar ainda mais a quitação da dívida com as promoções e progressões.



Em 1º de agosto, servidores se asseguram que projeto da data-base não seria votado. Depois se reúnem em assembleia para encaminhar a luta

Solidariedade de classe

A perda de compostura do prefeito Hissam repercutiu nas redes sociais e gerou muita indignação.

O Sismmac, Sindicato do Magistério de Curitiba, emitiu nota em que “repudiam a postura antidemocrática do prefeito e se solidarizam à luta por nenhum direito a menos encampada pelos servidores municipais de Araucária”.

O Sinsep, que representa todos os servidores de São José dos Pinhais compartilhou no Facebook o vídeo. Na postagem, o Sinsep considera “inaceitável a postura do prefeito” e declara “solidariedade aos trabalhadores municipais de Araucária”.

A central Intersindical também destacou em seu site a luta dos servidores pela defesa dos seus direitos.

Servidor perde com PL 005/2017

Nos anos eleitorais não haverá reajustes, já que a lei veda aumentos seis meses antes da eleição até a posse dos eleitos.

Os servidores podem ficar um ano e meio sem reajuste, de junho de 2017 a novembro de 2018.

A mudança da data-base para 30 de novembro tenta atingir a organização dos trabalhadores. Se não houver

negociação satisfatória e o servidor se vir obrigado a fazer a greve, vai se deparar com o final do ano, véspera das férias dos professores.

Cai o valor do 13º salário, que é calculado pela média salarial do ano. Com reajuste em dezembro, o 13º vem praticamente sem reajuste.

O prefeito não apresentou dados concretos que justifiquem o PL 005/2017.

Anos Finais

Governos esboçam plano de estadualização

Os professores da Docência II, atentos, acompanham a construção do projeto

As Secretarias da Educação de Araucária e do Estado do Paraná e o Ministério Público estão negociando a estadualização das turmas do 6º ao 9º ano. O Sismmar acompanha as conversações e mantém os professores dos anos finais informados sobre o assunto.

Em 20 de março, a Smed e a Seed propuseram um plano para a estadualização, que foi ajustado em reuniões seguintes. Ficou assim:

As matrículas de sexto ano da Escola Werka passam para o Colégio Júlio Szymans-

ki já em 2018, que deve abrir quatro turmas.

Os estudantes de 6º ao 9º ano da Escola Aleixo Grebos vão para o Colégio Vespertino Pimpão, e os estudantes dos anos iniciais da Escola Vitório Sfindrych para a Aleixo.

O Colégio Estadual Agalvira Bittencourt Pinto passa definitivamente para o Estado e deve ser ampliado até 2021.

Serão indicados terrenos do município no Tupy e no Pequim para construção de escolas pelo Estado, que

deve ocorrer até 2024.

Até 2020 o governo municipal pretende construir novas dependências para as escolas Pedro Biscaia e Ambrósio lantas. Com a nova Escola Ambrósio, o Município pretende ceder definitivamente a Escola Marcos Freire para o Estado.

A Escola Marcelino também vai compor o processo de estadualização, em regime de dualidade administrativa.

Nas reuniões, o Ministério Público cobrou do Estado a inclusão de mais ou menos 100 alunos do 6º e 7º anos



Professores da Docência II criaram coletivo para defender seus direitos no processo de estadualização

Docência II

Professores se organizam para defender seus direitos

A Smed tem o compromisso de entregar para o Sismmar um documento expondo suas propostas para a organização da carreira dos professores da Docência II e o processo de estadualização. A data é 10 de agosto. No dia 15 deve ocorrer reunião de negociação com o secretário da Educação.

O secretário da Educação já anunciou que não será

extinto o cargo dos professores da Docência II. Porém, ele não abre mão de ampliar as funções dos professores dos anos finais, permitindo que trabalhem com alunos dos anos iniciais. A direção do Sismmar alerta para possíveis ilegalidades e não quer que isto seja usado para questionar direitos da carreira.

O Sismmar apresentou os dados do total de pro-

fessores da Docência II que atuam nas unidades, suporte pedagógico e Smed. Estes dados são importantes para planejar as medidas, de forma evitar danos aos professores.

A Smed realizará em setembro uma semana de hora-atividade para debater a estadualização e o documento que deverá organizar a carreira da Docência II. Foi uma proposta do Sismmar.

que ainda estão fora da escola. O Estado propôs dualidade administrativa para a Escola Alderico, como solução. Os presentes contestaram e apontaram salas ociosas no Colégio Dias da Rocha. Desta forma, a situação ficou resolvida.

O promotor também indica nessa reunião que os Conselhos Escolares sejam convocados para informar sobre o Processo de Estadualização.

Após o questionamento do Sismmar ao Estado sobre a construção ou ampliação de

unidades estaduais, foi informado que na escola Lincoln serão construídas seis salas de aula.

É compromisso firmado de que as crianças da Educação Infantil não serão recebidas pelas unidades sem as adaptações necessárias.

Uma informação nova que apareceu nas discussões foi de que os terrenos onde foram construídos a Escola Archelau e o Complexo Lucy Machado pertencem ao Estado, que deverá formalizar Termo de Cessão com o município.

www.sismmar.com.br

Pedagogas

Aposentadoria especial não avança na PGM

Na tarde de 28 de julho, as diretoras do Sismmar Eloísa Helena Grilo e Simeri Calixto, acompanhadas pelo assessor jurídico Filipe Borba, reuniram-se com o procurador Geral do Município Simon de Quadros para tratar das aposentadoria especial das pedagogas.

Uma minuta de projeto de lei foi elaborada em conjunto pelo Sismmar e pela Secretaria da Educação no primeiro semestre. A pedido do sindicato, o secretário Henrique Theobald assumiu o compromisso de era enviar o projeto à Câmara de Vereadores antes do recesso de julho.

O secretário tem interesse na aprovação do projeto porque ele estimularia muitos pedagogos a requerer a aposentadoria. Desta forma, sairiam da rede profissionais com salários maiores, sendo substituídos por outros no início da carreira, com vencimentos menores, aliviando a folha de pagamento.

A reunião com o procurador ocorreu com pitadas de tensão e enrolação para que nenhum ponto da pauta avançasse.

O procurador Simon Quadros apresentou cópia de um parecer preliminar elaborado pela PGM negando o

direito de pedagogas à aposentadoria especial. No entanto, ressaltou que não era a versão final. O entendimento pode mudar. Será necessário esperar o retorno de férias do procurador Daniel Jimenez Ormianin.

Simon também pediu os documentos produzidos pelo Estado e pelas prefeituras de Curitiba e de São José dos Pinhais que preveem o mesmo direito.

Ele também solicitou que o Magistério apresente os argumentos pedagógicos da aplicação da lei, informado em que sentido a medida melhora a educação.

Regulamentação da profissão de pedagoga é tema em debate com UFPR e sindicatos

A direção do Sismmar participa nesta quinta-feira, dia 3, de reunião que debaterá o projeto de lei que regulamenta a profissão de pedagogo.

O debate será no Departamento de Educação da UFPR e terá também a participação de outros sindicatos que representam professores.

O Sismmar vê com re-

servas a proposta de se regulamentar a atividade de pedagoga de maneira apartada do Plano Nacional de Educação.

O PL 6847/2017 pode vir a ser um meio de dividir a categoria, que há 30 anos vem lutando para unificar os diversos segmentos (professores, pedagogos, funcionários, diretores, etc.) da educação numa categoria.

Democracia

Eleição sindical será no dia 9 de novembro

Comissão Eleitoral divulga edital convocando eleições para Diretoria e Conselho Fiscal do Sismmar

A eleição para escolher a Diretoria Colegiada Plena e os integrantes do Conselho Fiscal do Sismmar será no dia 9 de novembro deste ano. Serão eleitos os professores que dirigirão as lutas do Magistério de janeiro de 2018 a dezembro de 2020.

O processo eleitoral teve início no dia 6 de julho, em assembleia realizada na sede do Sismmar. Na ocasião foi escolhida a Comissão Eleitoral, que coordena todo o processo.

Nesta edição do Sismman-

do é publicado o Edital de Convocação, divulgado também no jornal O Popular de 3 de agosto de 2017 e no site www.sismmar.com.br.

O prazo para a inscrição de chapas e de candidaturas começa no dia 6 de setembro e se estende até 5 de outubro. Deve ser feita junto à secretaria do Sismmar, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 17h30min.

Podem se candidatar professores sindicalizados, em dia com suas contribuições,



que estejam filiados pelo menos três meses antes da data da eleição.

Cada chapa deve ser composta por pelo menos 14 titulares e 7 suplentes.

Para a composição do Conselho Fiscal são registradas candidaturas

individuais. Cada eleitor escolhe três candidatos para ocuparem as três vagas. Os três com mais votos ficam titulares e os três seguintes, suplentes.

No dia da eleição estarão instaladas urnas fixas na sede do Sismmar e em 26 unidades educacionais de maior acesso. Também haverá cinco urnas itinerantes percorrendo as demais unidades para recolher voto. No edital estão em detalhes os locais e turnos de funcionamento das urnas.

Edital de Convocação das Eleições do Sismmar

O Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária – SISMMAR, pessoa de direito privado, inscrita no CNPJ 40.188.757.0001-75, com sede à Avenida Beira Rio, nº 31, Jardim Iguacu, na cidade de Araucária, por meio da coordenadora geral Eloísa Helena Grilo, juntamente com a Comissão Eleitoral composta por Dirleia Aparecida Matias, Giovana Paola Brunatto Pilletti, Lilian Strechar, Luciana Ferreira dos Santos, Mara Lucia dos S. Correa Martins, bem como suas suplentes Alessandra Safiano e Eley Luvizon, levam ao conhecimento de todos.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Fica convocada a eleição para a Diretoria Colegiada Plena e Conselho Fiscal, gestão 2018/2020, desta entidade sindical, em obediência às normas estatutárias, conforme segue:

TITULO I

DATA, HORÁRIO E LOCAIS DE VOTAÇÃO

A votação ocorrerá no dia 9 (nove) de novembro de 2017 (dois mil e dezessete), das 8h30 às 17 horas, para as urnas fixas, e das 8 horas às 11h30 e das 13h30 às 17 horas, para as urnas itinerantes, nos seguintes locais e horários de votação:

URNAS FIXAS E UNIDADES PRÓXIMAS

08h30-17h

Urna 1 – Escola Ayrtton Senna
(Cmei Industrial)

Urna 2 – Escola Archelau de Almeida Torres
(Complexo Lucy Machado, Cachoeira II)

Urna 3 – Escola João Leopoldo Jacomel
(Cmei Gralha Azul)

Urna 4 – Escola Municipal Elírio A. Pinto
(Cmei Primavera)

Urna 5 – Escola General A. Celso
(Cmei Tindiquera)

Urna 6 – Escola Ibraim Antonio Mansur
(Cmei São Francisco, Cmei Fazenda Velha, Escola de Gestão)

Urna 7 – Escola Irmã Elizabeth Werka

(Smed, CMAEE Área Auditiva,
Cmei Jardim do Conhecimento)

Urna 8 – CAE Padre Anusz

Urna 9 – Escola Pedro Biscaia

Urna 10 – Escola Sebastião Tavares

(Cmei Planalto)

Urna 11 – Escola Aleixo Grebos

Urna 12 – Escola Juscelino K. de Oliveira

(Cmei Pequim II)

Urna 13 – Escola Azurée B. Belnoski

(Tupi II)

Urna 14 – Escola Balbina Pereira de Souza

(Cmei Santa Clara)

Urna 15 – Escola Delani Aparecida Alves

Urna 18 – Escola Egipciana S. P. Carrano

Urna 19 – Escola Eglé Cordeiro M. Pinto

(Cmei California I e Pré-Escola Califórnia)

Urna 20 – Escola Maria Aparecida Saliba Torres

(Cmei Campina da Barra)

Urna 21 – Escola Silda Sally W. Ehlke

Urna 22 – Escola Marcelino Luiz de Andrade

Urna 23 – Escola Rosa Picheth

(Cmei Guajuvira)

Urna 24 – Escola Ceci Cantador

(Cmei Aurora)

Urna 25 – Escola Arnaldo Maia

(Cmei Maria Ferreira)

Urna 26 – Escola Nadir A. Nepomuceno

(Cmei Maranhão)

Urna 27 – Sede do Sismmar

(CMAEE Joelma, CMAEE TGD)

URNAS ITINERANTES

8h-11h30 (M) e 13h30-17h (T)

Itinerante 1 – Escola Vitório Sfindrich (M-T), Cmei Barigui (M), Cmei Vila Angélica (M-T), Escola Alderico (M-T)

Itinerante 2 – Escola Papa Paulo VI (T), Cmei Dalla Torre (M-T), Escola Elvira (T), Cmei Ipês (M), Escola João Sperandio (M)

Itinerante 3 – Escola Terezinha Theobald (T), Cmei Manoel Bandeira I (M-T), Cmei Torres (M-T), CMAEE Área Visual (M-T), Cmei Parque das Pontes (M), Cmei Costeira (M-T), Cmei Centro I (M-T), Cen-

tro II (M).

Itinerante 4 – Escola Ambrósio (M-T), Escola Marcos Freire (T), Cmei Berneck (M-T), Cmei Estação (M-T), Cmei Plínio (M e T)

Itinerante 5 – Escola Edvino Nowak (T), Escola Castelo Branco (M-T), Escola Rui Barbosa (M-T), Escola Andréa Dias (M-T), Cmei Capinzal (M), Cmei Tietê (M)

Observações: Filiados aposentados ou ativos aptos a votar e que atuam em unidades educacionais ou nas demais Secretarias ou órgãos públicos, não descritos no presente edital, poderão dirigir-se à urna fixa de melhor acesso.

TITULO II

PRAZO PARA REGISTRO DE CHAPAS E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA

O registro de chapas à Diretoria Colegiada Plena e de candidaturas ao Conselho Fiscal será realizado a partir do dia 06 (seis) de setembro a 05 (cinco) de outubro de dois mil e dezessete, na sede do Sismmar, nos termos do Estatuto. O horário de funcionamento da Secretaria, ocorre de segunda a sexta-feira, das 8 (oito) horas da manhã às 17 (dezessete) horas e 30 (trinta) minutos.

TITULO III

DATAS, HORÁRIOS E LOCAIS DAS SEGUNDAS E TERCEIRAS VOTAÇÕES, CASO NÃO SEJA ATINGIDO O QUÓRUM NA PRIMEIRA E SEGUNDA, BEM COMO DA NOVA ELEIÇÃO EM CASO DE EMPATE ENTRE AS CHAPAS MAIS VOTADAS

A segunda votação será realizada no dia 20 (vinte) de novembro de 2017 (dois mil e dezessete); a terceira votação será realizada no dia 30 (trinta) de novembro de 2017 (dois mil e dezessete). Tanto na segunda, quanto na terceira votação, os horários e locais de votação serão os mesmos da primeira votação.

Comissão Eleitoral

TABELA DO MAGISTÉRIO - LEI MUNICIPAL 1835/2008

Tabela em vigor a partir de 1º de julho de 2017, com reajuste de 3,4%. Lei Municipal 3.125/17

CLASSE I - Professoras/es de 1ª a 4ª séries

Código	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
C0101A	Nível I	1.610,21	1.674,62	1.741,61	1.811,27	1.883,72	1.959,07	2.037,43	2.098,56	2.161,51	2.226,36	2.293,15	2.361,95	2.432,80	2.481,46	2.531,09	2.581,71	2.633,35	2.686,01	2.739,73	2.794,53
C0102A	Nível II	2.012,76	2.093,27	2.177,00	2.264,08	2.354,64	2.448,83	2.546,78	2.623,19	2.701,88	2.782,94	2.866,43	2.952,42	3.040,97	3.101,79	3.163,83	3.227,10	3.291,65	3.357,48	3.424,63	3.493,12
C0103A	Nível III	2.415,31	2.511,92	2.612,40	2.716,90	2.825,57	2.938,59	3.056,14	3.147,82	3.242,26	3.339,52	3.439,71	3.542,90	3.649,19	3.722,17	3.796,62	3.872,55	3.950,00	4.029,00	4.109,58	4.191,77
C0104A	Nível IV	2.656,83	2.763,10	2.873,63	2.988,57	3.108,12	3.232,44	3.361,74	3.462,59	3.566,47	3.673,46	3.783,67	3.897,18	4.014,09	4.094,37	4.176,26	4.259,78	4.344,98	4.431,88	4.520,52	4.610,93
C105A	Nível V	3.055,35	3.177,56	3.304,67	3.436,85	3.574,33	3.717,30	3.865,99	3.981,97	4.101,43	4.224,47	4.351,21	4.481,74	4.616,20	4.708,52	4.802,69	4.898,75	4.996,72	5.096,65	5.198,59	5.302,61
		0-2 anos		3-5 anos		6-8 anos		9-11 anos		12-14 anos		15-17 anos		18-20 anos		21-23 anos		24-26 anos		27-29 anos	

CLASSE II - Professoras/es de 5ª a 9ª séries e pedagogas/os

Código	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
C0201A	Nível I	2.012,76	2.093,27	2.177,00	2.264,08	2.354,64	2.448,83	2.546,78	2.623,19	2.701,88	2.782,94	2.866,43	2.952,42	3.040,99	3.101,81	3.163,85	3.227,13	3.291,67	3.357,50	3.424,65	3.493,14
C0202A	Nível II	2.415,31	2.511,92	2.612,40	2.716,90	2.825,57	2.938,59	3.056,14	3.147,82	3.242,26	3.339,52	3.439,71	3.542,90	3.649,19	3.722,17	3.796,62	3.872,55	3.950,00	4.029,00	4.109,58	4.191,77
C0203A	Nível III	2.656,83	2.763,10	2.873,63	2.988,57	3.108,12	3.232,44	3.361,74	3.462,59	3.566,47	3.673,46	3.783,67	3.897,18	4.014,09	4.094,37	4.176,26	4.259,78	4.344,98	4.431,88	4.520,52	4.610,93
C0204A	Nível IV	3.055,35	3.177,56	3.304,67	3.436,85	3.574,33	3.717,30	3.865,99	3.981,97	4.101,43	4.224,47	4.351,21	4.481,74	4.616,20	4.708,52	4.802,69	4.898,75	4.996,72	5.096,65	5.198,59	5.302,61
C0205A	Nível V	3.819,19	3.971,96	4.130,84	4.296,07	4.467,91	4.646,63	4.832,49	4.977,47	5.126,79	5.280,60	5.439,01	5.602,18	5.770,25	5.885,66	6.003,37	6.123,44	6.245,90	6.370,82	6.498,24	6.628,20
OBS*		0-2 anos		3-5 anos		6-8 anos		9-11 anos		12-14 anos		15-17 anos		18-20 anos		21-23 a		24-26 anos		27-29 anos	
			0-2 anos		3-5 anos		6-8 anos		9-11 anos		12-14 anos		15-17 anos		18-20 anos		21-23 anos		24-26 anos		27-29 anos

*OBS. Pedagogos/as nomeados/as antes de 01/01/2008 - Tabela disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas da PMA

AGENDA

AGOSTO

- Dia 3**
Conselho de Representantes
8h30 e 13h30, no Sismmar
- Dia 10**
17h30, reunião sobre o IPMA,
no Sismmar
- Dia 15**
Reunião sobre Estadualização e
Docência II com a Smed
- Dia 24**
Coletivo de Pedagogas/os
8h30 e 13h30, no Sismmar
- Dia 30**
Coletivo de Aposentadas/os
13h30, no Sismmar

SETEMBRO


- Dia 5**
Conselho de Representantes
8h30 e 13h30, no Sismmar

 **Portal**
sismmar.com.br

 **Facebook**
Sismmararaucaria

 **WhatsApp**
(41) 9 8753-5167

SINDI
CALI
ZE-SE!

 **SISMMAR**
Gestão SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM
2015-2017
Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária

Av. Beira Rio, 31, Bairro Iguacu, Araucária, PR. CEP 83.701-090
Fone/fax (41) 3642-1280. Celular/whatsapp (41) 98753-5167.
Email sismmar@gmail.com

Diretoria - Coord. Geral: Eloísa Helena Grilo e Hector Paulo Burnagui; **Ad-**
ministrativa: Josiane Furman e Josiel dos Santos Lima; **Finanças:** Simeri R
Calisto e Roseane de Araújo Silva; **Organização Sindical:** Gilziane Queluz e
Verieli Della Justina; **Comunicação:** Giovana Piletti e Alice Unicki; **Assuntos**
Pedagógicos e Formação Política: Tatiane Penkal e Ana Paula Vansuita;
Aposentados: Eleyc Livuzon e Irene de Lima; **Suplentes:** Mara Correa Mar-
tins, Leandro de Oliveira, Gilziely dos Santos, Kathleen Marczyński, Silva-
na Della Torre, Pérciles Barcellos, Lilian Strechar. **Atendimento** - Adrielle
Montanha, Nilce Leda Pereira e Nair Diel. **Redação, edição e editoração**
- Luiz Herrmann (DRT-2331). Gráfica Mansão. 1500 exemplares.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

MARÇO DE 2017

SALDO A 28 FEVEREIRO DE 2017	
Bancário	11.933,69
Aplicações	123.873,13
RECEITAS	
Repasses PMA	47.841,60
Repasses FPMA	5.713,95
DESPESAS	
Assessorias e Serviços	
Dieese	645,86
Contabilidade	1.039,00
Assessoria Jurídica	9.522,21
Fotocopiadora	275,00
Manutenção Site	254,00
O Popular	760,00
Gráfica	785,00
Motoboy	810,00
Repasses	
CNTE	1.967,00
ASPP	2.368,00
Campanha de Lutas	
Rádio Iguassu	1.500,00
Cadeiras	1.300,00
Carro de som	1.600,00
Som	250,00
Tenda	1.600,00
Equipamentos tela	1.600,00
Salão assembleia	750,00
Faixas	820,00
Auxílios	
Lanches e refeições	238,51
Formação sindical	
CNTE e outros	150,00
Sede	
Copel	52,70
Sanepar	109,19
Telefone fixo	284,56
Telefone Móvel	577,39
Água Mineral	120,00
Segurança	100,00
Mercado	275,00
Manut. comput.	210,00

Corte da grama	10,00
Produtos de limpeza	379,30
Trabalhadores	
Auxilio refeição	2.033,70
Auxilio transporte	473,00
Salários e vales	7.397,33
CIEE (estágio juríd.)	952,05
Impostos e taxas	
PIS,FGTS,INSS,IPTU	4.916,74
Custos bancários	124,25
Outras despesas	
Material construção	3,90
Mov Social Tupy	150,00
Uber - Palestrante	80,00
Manut. Extintores	265,00
Loja de depart.	359,60
Reversão salarial	68,82
Papelaria	778,00
Compra comput.	1.945,00
Dedetizadora	660,00
Veículo	
Seguro	234,48
Combustível	400,00
Estacionamento	92,00
SALDO EM 31 MARÇO DE 2017	
Bancário	8.152,35
Aplicações	125.068,35
TOTAL	133.220,70

ABRIL DE 2017

RECEITAS	
Repasses PMA	47.727,24
Repasses FPMA	5.623,06
DESPESAS	
Assessorias e Serviços	
Dieese	645,86
Contabilidade	981,81
Assessoria Jurídica	9.522,21
Fotocopiadora	487,00
Manutenção Site	254,00
O Popular	375,00
Gráfica	2.890,00

Motoboy	820,00
Repasses	
CNTE	1.945,00
ASPP	2.272,00
Campanha de lutas	
Rádio Iguassu	1.500,00
Som - assembleia	300,00
Salão assembleia	750,00
Auxílios	
Lanches e refeições	1.869,50
Formação sindical	
CNTE e outros	1.469,65
Sede	
Copel	224,09
Sanepar	109,19
Telefone fixo	592,00
Telefone Móvel	279,00
Água Mineral	567,00
Segurança	100,00
Mercado	217,53
Reforço de caixa	2.100,00
Trabalhadores	
Auxilio refeição	2.033,70
Auxilio transporte	345,50
Salários e vales	7.648,87
CIEE (estágio jurídico)	905,30
Impostos e taxas	
PIS,FGTS,INSS,IPTU	4.660,18
Custos Jurídicos	408,04
Custos bancários	169,05
Outras despesas	
Transp. Greve Geral	580,00
Lembrança de Páscoa	446,60
Compra computado- res	1.945,00
Funerária Santa Rita	610,00
Veículo	
Seguro	234,48
Combustível	30,00
Estacionamento	14,50
SALDO EM 30 ABRIL DE 2017	
Bancário	10.462,08
Aplicações	125.953,82
TOTAL	136.415,90

Aposentados

PL 1999 afeta duro quem tem direito à paridade

Quando a Justiça mandar pagar o reenquadramento de 2008, esse pessoal vai para a fila do precatório

Os professores aposentados estão na luta dos servidores contra a lei que limita em R\$ 5.531,31 o pagamento de dívidas judiciais. O PL 1999

atinge duramente os profissionais que se aposentaram antes de 2008. Eles estão respaldados pelo direito à isonomia e paridade com o pessoal

em atividade.

Na ocasião, o então prefeito Olizandro não incluiu os aposentados no plano de carreira que estava sendo

implantado em fevereiro daquele ano. No ano seguinte, Zezé prometeu pagar e não cumpriu.

Sem espaço de negociação para conseguir o reenquadramento, não houve alternativa senão ingressar com ação judicial em agosto de 2011.

Em primeira instância, a Justiça deu ganho de causa aos trabalhadores. A Prefeitura recorreu e o processo foi remetido ao Tribunal de Justiça para o julgamento dos recursos.

No início do próximo

ano serão dez anos de espera para o reenquadramento dos aposentados. Se obtiverem vitória na Justiça, terão de esperar o pagamento do precatório, uma vez que o valor será muito superior a R\$ 5,5 mil.

Hoje a fila é pequena, mas a nova lei deve avolumar o montante das dívidas. Além dos dez anos que já se passaram, poderá demorar mais dois, cinco ou dez anos para esses aposentados receberem o direito que deveria estar sendo pago desde 2008.

Oficina da Memória

Nos dia 14 e 28 de junho, o Sismmar e Sifar realizaram Oficina da Memória Viva (abaixo), destinada aos servidores aposentados. A terapeuta ocupacional Ana Garcia (à direita) ministrou as atividades teóricas e práticas para promover qualidade de vida.



Jurídico

Professores sindicalizados estão protegidos da prescrição em 2 ações

Em 1º de janeiro de 2018 serão completados cinco anos desde que o governo municipal deixou de pagar as promoções e as progressões. Professores e professoras filiados ao Sismmar podem ficar tranquilos sobre a ameaça de prescrição do direito. Estão protegidos.

O sindicato ajuizou duas ações em 2014 para cobrar os avanços em nome de todos os sindicalizados. Os processos foram encaminhados antes de esgotar o prazo de cinco anos para a prescrição. Portanto, não há necessidade de se ingressar com ações individuais com

este objetivo.

Uma ação cobra o pagamento das promoções e progressões protocoladas a partir de 2012 e deferidas, que deveriam começar a ser pagas a partir de 2013.

A ação foi proposta em 18/12/2014. Recebeu o número 0011726-84.2014.8.16.0025. O juiz determinou a citação do Município em 04/05/2015. A justiça admitiu o direito e determinou o pagamento retroativo em junho de 2016. O Município recorreu. Aguardamos posição do Tribunal de Justiça.

A outra ação pede o re-

conhecimento do direito à promoção vertical dos professores da Docência I que estão impedidos de avançar na carreira. A ação foi proposta em 09/12/2014. Recebeu o número 0011313-71.2014.8.16.0025. A ação está em trâmite, não tendo decisão definitiva.

Se a Justiça der ganho de causa aos servidores, deverão ser pagos todos os atrasados. O direito não se restringe ao período de cinco anos. Uma vez que as ações foram interpostas no tempo certo, elas têm validade para todo o período em que o direito deixa de ser pago.

Seguro de vida

Met Life tem aumento real de 10%

O seguro de vida Met Life recebe neste ano reajuste de 10%, mais a inflação do último ano. O índice de 10% refere-se à terceira parte de um aumento real de 30% no valor das contribuições, que foi dividido em três parcelas.

Em 2017 vence a última.

Mesmo assim, a empresa corretora do seguro Met Life tentou impor um percentual novo, que foi rechaçado pela comissão composta pelo Executivo, Aspma, FPMA, Sismmar e Sifar.

Informações importantes sobre o seu seguro de vida

As coberturas do segurado são:

Morte: por qualquer causa (inclui cônjuge). Se for acidental, gera indenização especial ao segurado principal.

Invalidez: total ou parcial, por acidente ou doença.

Auxílio funeral familiar: para cônjuge e filhos até 18 anos – ou 24 anos, se estiver cursando faculdade e depender economicamente dos pais.

Cesta básica: durante 12 meses.

Filhos póstumos: garante ao responsável legal pelo nascituro pagamento de indenização em caso de morte do titular (servidor do sexo masculino), seja natural ou acidental, ocorrida durante o período gestacional.

Adaptação de casa ou veículo por invalidez: garante indenização para adequar residência ou veículo do segurado no caso de invalidez.

Indenizações: As indenizações são pagas num prazo de 30 dias após o protocolo do pedido, com a apresentação de todos os documentos.

O pagamento é feito aos beneficiários indicados no cartão proposta preenchido pelo segurado no ato da adesão ao seguro.

Empresa corretora do seguro de vida

Megaseg - Rua Julieta Vidal Osório, 545, sala 2, Centro, Araucária. Fones (41) 3086-0205, 99872-5878 e 98892-9109 (whatsapp). Email megaseguros@outlook.com. Aberto de segunda a sexta, das 9h às 12h e das 13h30 às 17h30.

Internacional

Neoliberalismo destrói a democracia

Brasil adota medidas formuladas por magnatas para concentrar renda e poder em todo o mundo

Em outubro de 1988 foi promulgada a atual Constituição. Era chamada cidadã porque reconhecia as desigualdades nacionais e chamava para o Estado o dever de agir para atenuar e reverter essas desigualdades. Previa investimentos na Saúde, na Educação, na Seguridade Social.

Um ano depois, em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano, do FMI, Banco Mundial e BID e economistas conservadores. Das conclusões deste encontro acadêmico convocado pelo Institute for International Economics surgiu o que se chamaria de "Consenso de Washington".

A mensagem reunia os dogmas que seriam massivamente difundidos por propagandas ideológicas na grande mídia: estado mínimo, ineficiência do setor público, iniciativa privada, menos impostos, etc.

Entre os valores propagados pela ideologia neoliberal estavam a superavali-

zação do individualismo, da competitividade e da meritocracia, repercutindo fundo na formação das novas gerações.

Esta fase do capitalismo ganhou força com os governos Ronald Reagan (1980-88), nos EUA, e Margaret Thatcher (1979-90), na Inglaterra.

Sua instalação foi e ainda é financiada com fartos recursos, humanos e financeiros, por meio de agências internacionais e do governo norte-americano**.

A historiadora Nancy MacLean, da Universidade George Mason (EUA), conta



James M Buchanan foi um dos principais mentores da versão mais radical do capitalismo, o neoliberalismo

STAR TRIBUNE
S&K

Nós fizemos isto! Arruinamos a economia para possuir metade da riqueza do mundo!

Você está pensando o que eu estou pensando?



que esses acontecimentos que modelam a política internacional fazem parte de um plano para instalar o totalitarismo neoliberal em favor do 1% mais rico. De fato, a partir dos anos 1980, a concentração de renda só aumentou no mundo todo.

MacLean pesquisou a correspondência de James McGill Buchanan, morto em 2013, e seus estudos revelaram como o magnata desenvolveu, em colaboração com bilionários (como os irmãos Charles e David Koch) e os institutos fundados por eles, um programa oculto para suprimir a democracia em favor dos muito ricos. "A democracia aprisionada"* é o nome do seu livro.

O projeto político secreto era "salvar o capitalismo da democracia". Para Buchanan, há um conflito inerente entre liberdade econômica e a liberdade política.

A liberdade econômica dos bilionários é sempre colocada em cheque onde a democracia funciona com vigor. Com liberdade política, ninguém vota num programa que representa pobreza, insegurança, contaminação das águas e do ar, colapso dos serviços públicos.

Portanto, este programa só pode ser imposto por meio de ilusão ou controle autoritário, rompendo os laços entre os cidadãos e o governo e demolindo a confiança nas instituições públicas.

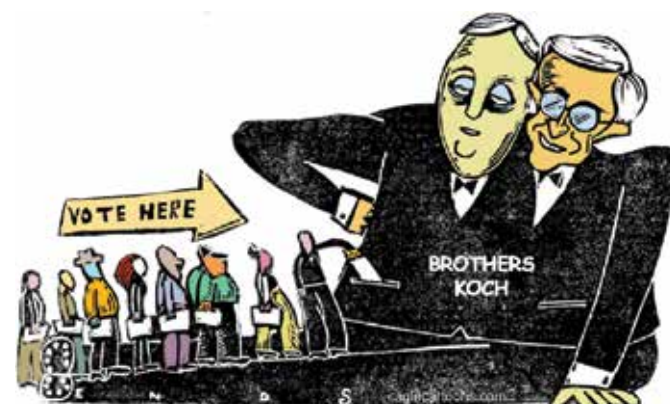
Este conflito entre o capitalismo neoliberal e a democracia o Brasil tem vivido desde a aprovação da Constituição. As 95 emendas feitas à carta tentam desmontá-la. Este contexto também explica a voracidade com que os capitalistas correm para destruir toda a capacidade produtiva e social do Estado.

As elites políticas, empresariais e intelectuais da América Latina abraçaram a ideologia neoliberal como sinônimo de modernidade, como essas ideias fossem suas e do seu interesse**.

O totalitarismo neoliberal não interessa ao Brasil, pois essa ordem mundial relega a inserção internacional do país à exportação de produtos primários: agricultura, minérios e petróleo. E à oferta da mão-de-obra barata para as plantas industriais estrangeiras.

Esta política representa a inversão do processo nacional de industrialização. Um retorno ao modelo econômico anterior a 1950.

A ditadura que vemos se instalar não é personalizada num indivíduo ou partido, mas na ideologia neoliberal, a faceta mais radical do capitalismo financeiro. São trocadas as personagens conforme as conveniências para a plutocracia manter o controle sobre as riquezas e o Estado.



Referências



* O livro **Democracy in Chains: the deep history of the radical right's stealth plan for America** [Democracia Aprisionada: a história profunda do plano oculto da direita para a América], de Nancy MacLean ainda não foi lançado no Brasil. Quem aborda seu conteúdo é George Monbiot, em seu artigo "O programa secreto do capitalismo totalitário", traduzido por Antonio Martins (www.outraspalavras.com.br).

LEIA TAMBÉM

** Batista, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington, A visão neoliberal dos problemas latino-americanos, 1994.** <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>

Mayer, Jane. **Dark Money - The Hidden History Of The Billionaires Behind The Rise Of The Radical Right** [Dinheiro Escuro - A história secreta de bilionários por trás do surgimento da direita radical], ainda não traduzido para o português.